

REVITALIZAÇÃO DE FAVELAS EM SÃO PAULO (APOIO UNIP)

Aluno: Hilquias de Moraes Silva

Orientadoras: Profa. Dra. Aline Alves Anhesim

Profa. Ana Cristina da Silva Araújo

Curso: Arquitetura e Urbanismo

Campus: Assis

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo explicar de forma sucinta o surgimento das favelas paulistanas, o que vem sendo feito para erradicar o problema e uma breve reflexão sobre os resultados dos métodos adotados para amenizar a situação. O método utilizado na pesquisa foi baseado em livros, *sítes* e teses relacionadas ao assunto. Foi definido um plano de necessidades para entender o tema e buscar soluções, foi realizada análise de informações quantitativas para a implantação de política habitacional e análise de projetos de revitalização de favelas já implantados. As favelas paulistanas surgiram a partir do desenvolvimento de São Paulo; foram construídas como resposta à exclusão social e à segregação espacial. Surgiram, espalharam-se, e hoje fazem parte da paisagem urbana e refletem as desigualdades sociais ao longo de um processo histórico. Na cidade de São Paulo, a favela é, há décadas, um grande desafio para os governantes. O direito de moradia tornou-se questão prioritária para a administração pública; a pobreza e a falta de recursos excluem a população mais carente do acesso à moradia e permanência nela, necessitando de uma política contra essa exclusão. Surge, então, a política habitacional na cidade, com padrões de infraestrutura e serviços, com alternativas para não se ocupar áreas de uso restrito pela legislação urbana, em geral desconsiderada pelo setor formal da produção de moradias, para fazer um diagnóstico da complexidade e dimensão dessa realidade e definir a função do espaço público. Considerando o diagnóstico realizado e a complexidade do problema, percebe-se que a questão da habitação informal na cidade de São Paulo exige dedicação, empenho e criatividade para aprimorar os instrumentos para a qualificação e a

quantificação das demandas existentes. A análise conduz ao princípio de que a habitação popular deve ser direcionada para o estabelecimento de moradia adequada àqueles que têm maior necessidade, isto é, famílias dos grupos de renda mais baixa, que moram em condições precárias.